

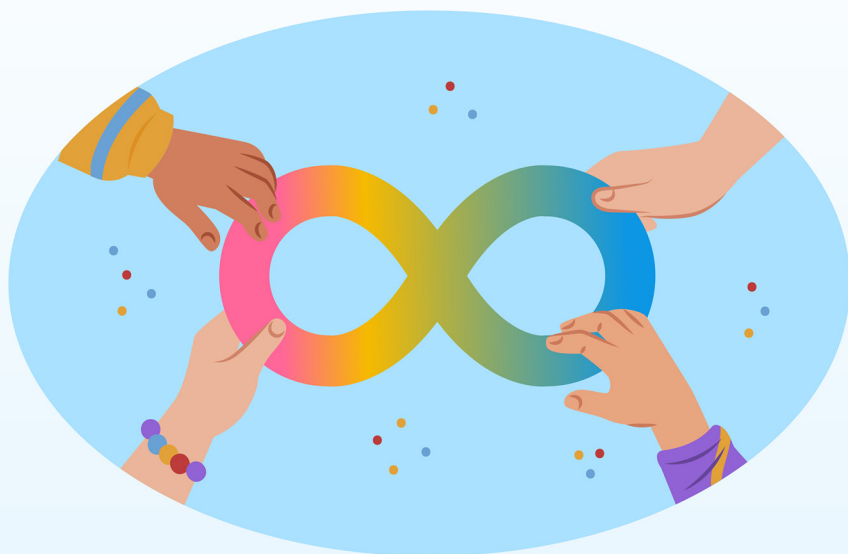


CAPÍTULO 14

Desafios, Conquistas e Perspectivas do Modelo Criatea: Um Caminho para a Inclusão e o Fortalecimento da Neurodiversidade

ANDRÉ DA COSTA LEITE
JEFFERSON DA SILVA MARTINS
MYRYAN SYLVIA SOUSA DE ALMEIDA

doi.org/10.55333/rima-978-65-83933-26-3_014





Introdução

O diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui uma etapa fundamental para ampliar as possibilidades de intervenção, favorecendo o desenvolvimento das crianças e a redução de barreiras ao longo da vida. No entanto, ainda persistem grandes desafios para garantir o acesso equitativo e sistemático a essa identificação, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e limitações estruturais nos serviços de saúde e educação. Em regiões periféricas, a escassez de políticas públicas integradas e de profissionais especializados compromete a efetivação de um cuidado contínuo e de qualidade.

Reconhecendo a importância da visibilidade estatística sobre essa população, o Censo Demográfico de 2022 incluiu, pela primeira vez, dados referentes ao TEA, revelando a magnitude do fenômeno. No Amapá, onde o percentual de pessoas com diagnóstico figura entre os mais altos do país, a resposta institucional tem se mostrado particularmente desafiadora.

Nesse cenário, o Projeto Criatea, desenvolvido pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), configura-se como uma resposta às lacunas existentes no atendimento ao público infantojuvenil com suspeita de TEA no estado. Com uma equipe multiprofissional, o projeto oferece acesso ao diagnóstico, possibilitando o encaminhamento das crianças para serviços especializados e garantindo o acesso a direitos básicos voltados a esse público. Sua proposta fundamenta-se na integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária, consolidando-se como um serviço essencial para a comunidade no contexto amazônico.

Este último capítulo tem por objetivo apresentar uma análise crítica dos principais desafios enfrentados pelo modelo Criatea, bem como de suas conquistas e das perspectivas estratégicas para sua expansão e consolidação. Ao contextualizar sua atuação na região amazônica, o texto busca evidenciar a importância do projeto não apenas como um serviço de atendimento especializado, mas como um catalisador para o acesso de pessoas com TEA a políticas públicas inclusivas e de transformação social, fundamentadas na valorização da neurodiversidade.

Desenvolvimento

Desafios do Modelo Critea

O modelo Critea enfrenta desafios estruturais, operacionais e sociais que impactam diretamente sua capacidade de ampliar os serviços ofertados às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no estado do Amapá. Embora o projeto tenha sido concebido para integrar ações de diagnóstico e acompanhamento terapêutico, ainda carece da infraestrutura necessária para desenvolver plenamente essas atividades e expandir sua atuação. A ampliação dos atendimentos para além da emissão de laudos representa um desafio estratégico, pois está diretamente relacionada à consolidação do Critea como centro de referência no atendimento especializado ao TEA.

É importante destacar que o Critea é um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e não tem por objetivo substituir ou suprir as responsabilidades do Estado no atendimento sistemático à população com TEA. Trata-se de uma ação extensionista que busca, sobretudo, proporcionar experiências práticas aos estudantes de diferentes cursos das áreas da saúde e da educação, aproximando o ensino da realidade local e contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis e preparados para atuar com o público neurodivergente.

Outro ponto crítico é a carência de profissionais especializados no estado, especialmente neurologistas e psiquiatras habilitados para a emissão de laudos diagnósticos de TEA. Essa escassez compromete significativamente o diagnóstico precoce e o encaminhamento adequado das crianças com suspeita da condição (Pantoja, 2023). Trata-se de um problema histórico no Amapá, que afeta diretamente a oferta de atendimentos qualificados, sobretudo em regiões periféricas e áreas rurais (Barbosa; Gonçalves; Severo, 2024).

Além disso, a alta rotatividade de profissionais e os desafios relacionados à atração e retenção de talentos impactam diretamente a continuidade e a qualidade dos atendimentos. O Critea tem buscado mitigar esse cenário por meio de ações de capacitação interdisciplinar e incentivo ao aperfeiçoamento técnico de sua equipe. No entanto, para que essas iniciativas ganhem escala e se tornem sustentáveis, é essencial o fortalecimento de estratégias institucionais que

promovam o desenvolvimento profissional contínuo e favoreçam a permanência de especialistas em regiões com elevada demanda por serviços especializados. O alinhamento entre diferentes esforços – institucionais, acadêmicos e governamentais – é crucial para consolidar uma rede de atendimento sólida, integrada e eficaz.

Essa fragilidade também foi evidenciada por Barboza *et al.* (2025) ao analisarem uma iniciativa de formação continuada voltada a profissionais da saúde e da educação que atuam com pessoas com TEA na região amazônica. O curso, que contou com participantes do estado do Amapá, teve mais de 3.000 inscritos, número que evidencia tanto o alto interesse da categoria quanto a carência de oportunidades semelhantes na região. Os autores ressaltam que, apesar do êxito pontual da iniciativa, ainda falta uma política pública consolidada que assegure a oferta sistemática e permanente desse tipo de capacitação. Por isso, defendem a necessidade de replicação e institucionalização de programas de formação continuada, especialmente em estados como o Amapá, onde a escassez de profissionais especializados é agravada pela ausência de ações formativas regulares.

No âmbito da UNIFAP, o Criateia atua como um espaço de formação prática e interdisciplinar, reunindo servidores, alunos e voluntários que, por meio de suas atividades, contribuem para a curricularização da extensão. Essa diretriz, estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, determina que ao menos 10% da carga horária total dos cursos de graduação seja dedicada a ações de extensão articuladas ao currículo, promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, o Criateia constitui um ambiente privilegiado de integração entre teoria e prática, permitindo que os estudantes vivenciem experiências reais no cuidado a pessoas com TEA ao mesmo tempo em que desenvolvem competências técnicas, sociais e éticas. Vale destacar que alguns docentes da universidade utilizam o projeto como espaço de prática aplicada em suas disciplinas, fortalecendo a articulação entre conteúdos teóricos e vivências concretas junto à comunidade.

Encontrar profissionais qualificados para compor a equipe multiprofissional do Projeto Criateia não foi uma tarefa simples. A escassez de especialistas no estado do Amapá, como neurologistas, psiquiatras, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, dificultou a formação de um grupo técnico capaz de atender à complexidade

dos casos de TEA. O funcionamento do projeto depende fortemente do engajamento de professores, técnicos e estudantes da UNIFAP, cujo comprometimento tem sido essencial para viabilizar as ações do Criatea e alcançar resultados, mesmo diante de limitações estruturais e operacionais.

Atualmente, mais de 240 crianças encontram-se inscritas e aguardam atendimento pelo Criatea – uma fila que evidencia a urgência de investimentos em profissionais, infraestrutura e políticas públicas efetivas. Esse cenário revela o quanto as famílias e comunidades dependem de iniciativas como o projeto para acessar atendimento especializado. No entanto, é importante destacar que o Criatea possui capacidade limitada, o que impõe a necessidade de interrupção temporária das inscrições ao atingir determinado número de cadastrados. Essa medida visa garantir que as crianças já inscritas recebam atendimento efetivo, evitando a criação de expectativas além das possibilidades reais do projeto. A elevada demanda reforça a relevância do Criatea não apenas como espaço formativo, mas como resposta concreta às necessidades locais, indicando que a expansão de suas ações é não apenas desejável, mas necessária para ampliar o alcance e o impacto social e regional.

Além disso, dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam a urgência de iniciativas voltadas ao atendimento especializado de pessoas com TEA. Segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), o Amapá é o segundo estado do Brasil com maior proporção de pessoas diagnosticadas com o transtorno, representando 1,5% da população – o equivalente a cerca de 11 mil indivíduos, em sua maioria crianças entre 5 e 9 anos de idade. Esses números indicam que a demanda por serviços especializados tende a crescer, reforçando a necessidade de políticas públicas regionais que assegurem acesso contínuo, equitativo e qualificado à população neurodivergente.

Em suma, embora o Criatea não tenha como missão suprir o déficit estatal ou representar a solução definitiva para o atendimento no Amapá, ele constitui uma contribuição significativa: oferece prática formativa aos futuros profissionais da região, supre parcialmente a carência local e fortalece a articulação entre universidade, saúde e educação. Entretanto, a consolidação do Criatea como centro de re-

ferência exige avanços estruturais, o recrutamento de especialistas e apoio institucional contínuo.

Além disso, a articulação com a rede de apoio intersetorial – envolvendo escolas, unidades de saúde, conselhos tutelares e famílias – ainda não ocorre de forma plenamente estruturada no âmbito do projeto, apesar de sua reconhecida importância para a integralidade do atendimento. Essa integração é fundamental para garantir que o cuidado à criança com TEA vá além do momento do diagnóstico, assegurando continuidade nos acompanhamentos, integração entre os serviços e construção de um plano de cuidado compartilhado entre os diferentes atores envolvidos.

No contexto do Criateia, o estabelecimento de fluxos intersetoriais poderia potencializar os encaminhamentos pedagógicos e terapêuticos, além de fortalecer a rede de proteção social e educacional em torno da criança e de sua família. A atuação conjunta entre os setores permitiria respostas mais coordenadas às demandas complexas associadas ao TEA, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, como os observados em diversas regiões do estado do Amapá. Investir na construção dessa rede não apenas amplia o impacto do projeto, como contribui para a consolidação de uma política pública de atenção à neurodiversidade mais equitativa, acessível e humanizada.

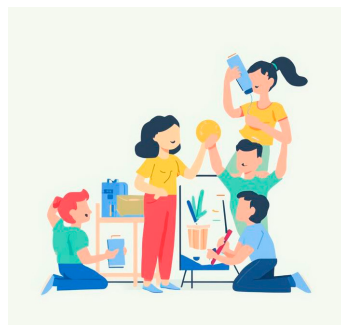
O Criateia também enfrenta barreiras culturais e estigmas que ainda cercam o autismo em muitas comunidades. Em determinadas regiões, o TEA é interpretado de forma equivocada, o que gera estigmatização das crianças, resistência de algumas famílias e desconhecimento por parte de educadores (Lemos *et al.*, 2016; Araújo; Silva; Zanon, 2023). Para superar esses entraves, o projeto planeja implementar ações de sensibilização, oficinas voltadas a pais e profissionais da educação, bem como campanhas de conscientização que promovam a neurodiversidade e o respeito às diferenças.

Essas iniciativas são fundamentais para combater o preconceito e ampliar a inclusão social. Estudos apontam que a inserção efetiva de alunos com TEA contribui para a redução do estigma e para a construção de ambientes mais acolhedores e equitativos nos contextos educacional e comunitário (Silva *et al.*, 2024). Da mesma forma, Tavares *et al.* (2020), ao analisarem a percepção de cuidadores, identificaram que o desconhecimento sobre o transtorno está diretamen-

te relacionado à estigmatização, reforçando a necessidade de ações contínuas de sensibilização e apoio psicossocial.

Conquistas do Modelo Criatea

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados, o modelo Criatea tem se consolidado como uma referência regional no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no estado do Amapá. Ao longo de sua trajetória, o projeto acumulou conquistas tanto no plano individual das crianças atendidas quanto no fortalecimento de uma rede institucional mais sensível e preparada para lidar com a neurodiversidade.



Uma das principais conquistas do Criatea refere-se ao impacto inicial observado no desenvolvimento das crianças, mesmo sem a oferta de acompanhamento terapêutico contínuo. Embora o projeto atue exclusivamente na realização de atendimentos voltados ao levantamento de dados para fins diagnósticos, os relatos colhidos em entrevistas com familiares e profissionais, assim como as observações internas, apontam avanços significativos após a triagem.

Entre os aspectos mais destacados estão o reconhecimento precoce de sinais do TEA, o aumento da conscientização familiar, a busca por intervenções especializadas e, em alguns casos, o início de mudanças positivas no comportamento das crianças. Muitos responsáveis relataram que, a partir do atendimento no Criatea, seus filhos passaram a demonstrar maior interação social, mais autonomia no ambiente escolar e progressos na comunicação verbal e não verbal – resultados que refletem a importância do diagnóstico como etapa inicial e estratégica no processo de inclusão e desenvolvimento infantil.

Um exemplo concreto é o de uma criança que ingressou no projeto sem qualquer forma de comunicação funcional. Após intervenções realizadas por fonoaudiólogos e educadores do Criatea, passou a utilizar com fluência o PECS (Picture Exchange Communication System), um sistema alternativo de comunicação baseado na

troca de figuras. Esse avanço possibilitou sua reintegração progressiva ao ambiente escolar e uma melhora sensível na convivência familiar. Casos como esse não são isolados e ilustram a efetividade do modelo interdisciplinar adotado pelo Criatea, que integra diferentes áreas do conhecimento – medicina, psicologia, fonoaudiologia, pedagogia, entre outras – na formulação de estratégias individualizadas e humanizadas.

Outro aspecto relevante entre as conquistas do Criatea é a promoção ativa do conceito de neurodiversidade. O projeto adota uma perspectiva que se distancia das abordagens centradas na “normalização” ou padronização do comportamento, reconhecendo que o autismo não deve ser compreendido como uma deficiência a ser corrigida, mas como uma variação legítima do funcionamento neurológico humano. Essa concepção está presente tanto nas práticas avaliativas para realização do diagnóstico quanto nas ações de capacitação desenvolvidas pelo projeto, e deverá ser amplamente incorporada em atividades formativas e de conscientização, como palestras, oficinas, rodas de conversa e campanhas públicas.

A valorização das potencialidades de cada criança, respeitando seus tempos e singularidades, contribui para uma mudança de paradigma que desafia preconceitos arraigados e fomenta a construção de uma cultura mais inclusiva e respeitosa da diversidade. Essa abordagem encontra respaldo em autores como Judy Singer (1999), que cunhou o termo “neurodiversidade” ao defender o reconhecimento da diversidade neurológica como parte da variabilidade humana, e Steve Silberman (2015), que argumenta que as condições do espectro autista devem ser compreendidas como formas alternativas de cognição, e não como falhas a serem corrigidas. Ao adotar essa concepção, o Criatea contribui para o avanço do debate público sobre os direitos das pessoas neuroatípicas, aproximando-se de uma agenda mais ampla de justiça social e equidade.

Vale destacar que a crescente visibilidade institucional do Criatea tem contribuído para o aumento expressivo na procura por atendimentos. Com o reconhecimento ampliado junto à população e aos profissionais da rede pública, o projeto passou a receber um número cada vez maior de solicitações de atendimento de crianças com suspeita ou diagnóstico de TEA. Essa demanda tem sido impulsionada, em grande parte, pelo engajamento nas redes sociais – especialmen-

te no Instagram –, bem como por reportagens e entrevistas concedidas à imprensa local.

Como mencionado na seção 2.1, há atualmente uma fila de espera com mais de 240 crianças aguardando triagem, o que evidencia tanto a credibilidade institucional da UNIFAP quanto a carência de serviços públicos estruturados para esse público no estado do Amapá. Esse contexto reforça a relevância de projetos como o Critea enquanto espaço acadêmico de formação prática e de atuação extensionista. Embora não tenha por objetivo substituir os serviços da rede pública de saúde, educação ou assistência social, o projeto atua de forma complementar, oferecendo suporte ao diagnóstico, promovendo a formação de profissionais e fortalecendo a articulação entre universidade e sociedade.

Essa abordagem está em consonância com o estabelecido no Art. 3º da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que define a extensão como um processo interdisciplinar e político-educacional que “promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa” (Brasil, 2018).

Como projeto de extensão vinculado à UNIFAP, o Critea tem cumprido seu papel institucional ao integrar ensino, pesquisa e extensão, criando oportunidades formativas para docentes e discentes. No entanto, a crescente demanda evidencia a necessidade de, em médio prazo, se pensar em melhorias na infraestrutura física e funcional do projeto. Eventual ampliação da equipe técnica só poderá ser considerada de forma responsável após a superação desses desafios estruturais, sempre respeitando os limites e os propósitos da atuação extensionista universitária.

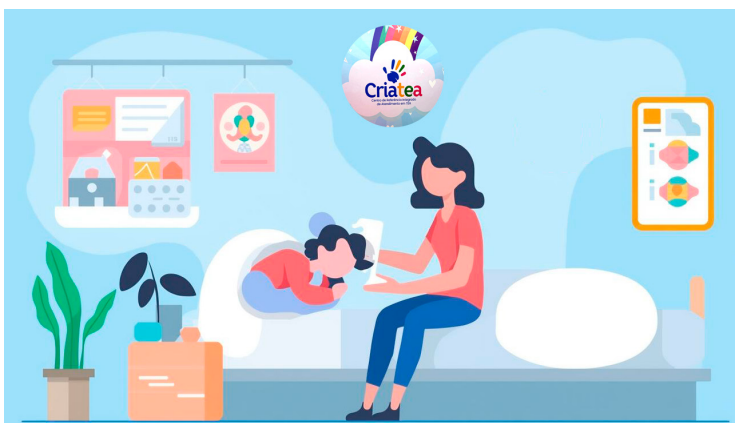
Assim, mesmo em um cenário marcado por restrições estruturais, o modelo Critea demonstra que é possível promover avanços significativos na vida de crianças com TEA e de suas famílias por meio de uma atuação extensionista e prática, baseada em uma abordagem humanizada e comprometida com os princípios da inclusão, da valorização da diversidade e da promoção da equidade.

Perspectivas Futuras do Modelo Critea

As perspectivas futuras para o modelo Critea estão fortemente relacionadas à superação do caráter exclusivamente diagnóstico que ainda marca sua atuação atual. Embora o projeto tenha papel central no acesso ao diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no estado do Amapá, há uma demanda crescente das famílias e da rede de apoio para que também sejam ofertados serviços terapêuticos contínuos, de forma integrada e interdisciplinar.

Ampliar o escopo do Critea para além do diagnóstico e incluir atendimentos terapêuticos regulares representa um passo essencial para garantir o direito ao cuidado integral das crianças com TEA. No entanto, para que essa expansão seja viabilizada, é imprescindível priorizar investimentos estruturais. A consolidação de uma infraestrutura adequada – que inclua salas equipadas, ambientes sensorialmente adaptados e recursos materiais específicos – é a condição inicial para, em seguida, planejar a ampliação da equipe técnica, diversificar as modalidades terapêuticas e organizar fluxos permanentes de atendimento. Sem essa base física e logística mínima, torna-se inviável assegurar a qualidade e a continuidade das ações.

A partir dessa estrutura sólida, será possível avançar para aspectos essenciais como a contratação de mais profissionais especializados em áreas como fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, fisioterapia e psicopedagogia, além da implantação de protocolos de acompanhamento terapêutico. Trata-se, portanto, de um processo



gradual, que exige planejamento estratégico, alocação de recursos e articulação com políticas públicas que reconheçam o atendimento integral às crianças com TEA como uma prioridade social e institucional.

Nesse cenário, a incorporação de tecnologias assistivas e soluções digitais surge como um recurso estratégico para fortalecer a efetividade das intervenções e possibilitar, futuramente, estratégias de acompanhamento remoto em regiões de difícil acesso. Essas inovações, já em análise pela equipe técnica, apresentam potencial para superar limitações geográficas e operacionais que dificultam a continuidade dos atendimentos especializados em várias áreas do estado.

Com o desenvolvimento adequado e o suporte institucional necessário, vislumbra-se, inclusive, a implementação de atendimentos remotos em outros municípios do Amapá. Tal avanço ampliará o alcance das ações do Critea e promoverá maior equidade no cuidado às crianças com TEA e suas famílias, garantindo que o apoio especializado chegue a contextos historicamente desassistidos.

Para que essa expansão se concretize, é fundamental o engajamento de instituições públicas e privadas, a articulação com políticas inclusivas e a busca ativa por financiamentos sustentáveis, como emendas parlamentares, convênios federais e parcerias intersetoriais. O fortalecimento do Critea como referência regional depende, portanto, de sua capacidade de evoluir de um polo de diagnóstico para um centro de atenção terapêutica e formativa, comprometido com os princípios da inclusão, da equidade e da justiça social.

No contexto contemporâneo, marcado pela transformação digital e pela busca por soluções inovadoras em saúde e educação, vislumbra-se como possibilidade, no âmbito do Critea, a incorporação de tecnologias como ferramentas estratégicas para qualificar e ampliar o atendimento a crianças com TEA. Recursos como inteligência artificial, realidade aumentada e plataformas digitais representam alternativas viáveis que, futuramente, poderão ser consideradas para fortalecer as ações do projeto e superar limitações estruturais e geográficas, especialmente em regiões de difícil acesso no estado do Amapá.

A inteligência artificial, por exemplo, já vem sendo utilizada com sucesso em processos de triagem e apoio ao diagnóstico precoce, por meio de algoritmos de aprendizado de máquina. Thabtah

e Peebles (2020) demonstraram que modelos baseados em lógica indutiva são capazes de identificar padrões comportamentais indicativos de TEA, contribuindo para uma detecção mais ágil e precisa. Essa abordagem poderia ser adaptada para fortalecer os protocolos de avaliação do Crieatea, especialmente em regiões com escassez de especialistas.

No campo da realidade aumentada, tecnologias interativas têm se mostrado eficazes como recurso complementar em terapias voltadas ao desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas. O estudo de Kim *et al.* (2012) evidenciou que ferramentas visuais projetadas em telas convencionais podem estimular a atenção conjunta e o reconhecimento de expressões faciais em crianças com TEA, ampliando o repertório de intervenção clínica.

As plataformas digitais, por sua vez, já são amplamente utilizadas em diversos contextos para o acompanhamento remoto de famílias e profissionais. Estratégias de telessaúde, fortalecidas após a pandemia, têm permitido maior continuidade do cuidado, independentemente da localização geográfica. Knutsen *et al.* (2016) apontaram que esse tipo de abordagem exerce impacto positivo no engajamento das famílias, favorecendo a adesão ao tratamento e a construção de rotinas de apoio no ambiente domiciliar.

A implementação dessas tecnologias no âmbito do Crieatea pode representar um salto qualitativo em direção à personalização dos atendimentos, à expansão do acesso e à redução dos custos operacionais. Em um estado com características desafiadoras como o Amapá, onde muitas comunidades permanecem isoladas ou com cobertura limitada de serviços especializados, o uso estratégico dessas ferramentas pode contribuir para garantir maior equidade e efetividade no cuidado às crianças com TEA e às suas famílias.

Outro eixo estratégico fundamental para a consolidação do modelo Crieatea diz respeito ao fortalecimento de sua dimensão sociocomunitária e formativa, com foco na promoção de uma cultura inclusiva e no combate ao estigma relacionado ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa dimensão se desdobra em duas frentes complementares: a formação continuada da equipe técnica do projeto e a ampliação das ações voltadas à comunidade em geral.

No campo da formação interna, o Crieatea vislumbra a participação regular de seus profissionais em eventos acadêmicos e técnicos

– como congressos, seminários e cursos especializados – com o objetivo de atualizar conhecimentos, incorporar novas abordagens terapêuticas e promover a troca de experiências com outras instituições de referência. Essa estratégia de qualificação permanente é essencial para garantir a excelência e a inovação das práticas adotadas pelo projeto, além de contribuir para a valorização e a retenção de profissionais especializados na região.

Além disso, o projeto reconhece a importância da produção e divulgação científica como ferramenta de fortalecimento institucional. Nesse sentido, prevê-se o incentivo à publicação de artigos, capítulos de livros e relatórios técnicos, especialmente a partir da sistematização de dados sobre o TEA no estado do Amapá e das experiências acumuladas no âmbito do Ciatea. Tais publicações não apenas contribuem para a consolidação de uma base de evidências locais, como também ampliam a visibilidade do projeto em redes acadêmicas e institucionais, reforçando seu compromisso com a pesquisa aplicada, a extensão universitária e a promoção dos direitos das pessoas com TEA.

Na dimensão sociocomunitária, o projeto pretende intensificar a realização de eventos públicos de caráter inclusivo e participativo, como rodas de conversa, oficinas práticas, feiras de serviços, seminários, mostras culturais e encontros formativos. Essas ações serão direcionadas a diferentes públicos – familiares de crianças com TEA, lideranças comunitárias, estudantes, profissionais da rede pública e membros da sociedade civil –, com o objetivo de promover sensibilização, escuta ativa das demandas locais e construção coletiva de saberes sobre o autismo no contexto amazônico.

Durante esses eventos, o Ciatea poderá oferecer atividades diversificadas, como orientações com profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, oficinas de práticas terapêuticas e pedagógicas e até mesmo assessoria jurídica para famílias que enfrentam dificuldades no acesso a direitos básicos. Ao articular teoria e prática em espaços acessíveis, horizontalizados e acolhedores, essas ações podem favorecer a formação de redes locais de apoio, o empoderamento das famílias e a valorização das experiências vividas por cuidadores e crianças.

Nesse movimento de aproximação com a comunidade e de fortalecimento das ações extensionistas, também se vislumbra a ne-

cessidade de ampliar o alcance estrutural e institucional do Criatea. A expansão futura do modelo poderá ocorrer com o fortalecimento de parcerias institucionais e intersetoriais, envolvendo agentes públicos, setor acadêmico, sociedade civil e empresas. Essa articulação está alinhada às recomendações de integração de políticas públicas em saúde, educação e assistência social, especialmente em contextos periféricos e de baixa cobertura, como a Região Norte (Lowenthal *et al.*, 2019).

No campo da formação profissional e do atendimento remoto, modelos híbridos de capacitação têm demonstrado bons resultados na preparação de equipes da atenção básica no Brasil. Estudos sobre educação em saúde apontam que o uso combinado de estratégias presenciais e a distância fortalece o desempenho e a adesão dos profissionais (Lowenthal *et al.*, 2019). Paralelamente, avanços na aplicação da telessaúde para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) evidenciam seu potencial para ampliar o acesso e descentralizar os serviços. Katakis *et al.* (2023), em revisão sistemática com 18 estudos e 1.593 crianças, identificaram que métodos de avaliação remota via telehealth alcançaram precisão de 80% a 88% em relação ao diagnóstico presencial.

No âmbito acadêmico, colaborações com universidades e centros de pesquisa poderão fomentar a produção de conhecimento científico aplicado, subsidiando políticas públicas inclusivas e contextualmente adaptadas. Tan, Crane e Pellicano (2024) destacam a importância de envolver as comunidades nos processos de pesquisa em TEA, de modo a assegurar maior relevância social, legitimidade científica e apropriação local dos resultados.

A médio e longo prazo, a construção de redes de cooperação interinstitucional em níveis interestaduais e nacionais poderá contribuir para consolidar o Criatea como uma referência regional em atenção integrada ao TEA. Embora ainda incipientes, essas articulações despontam como caminhos promissores para transformar o projeto em um modelo replicável, com potencial de influência sobre políticas públicas em outros territórios do Brasil.

Considerações Finais

O percurso trilhado pelo Crieatea, desde sua criação, revela não apenas a relevância de um projeto universitário que se propõe a preencher lacunas históricas no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na região amazônica, mas também sua capacidade de promover transformações concretas na vida das famílias atendidas, na formação dos profissionais envolvidos e na constituição de redes locais de apoio. Em um cenário marcado por desigualdades estruturais, baixa cobertura de serviços especializados e desconhecimento generalizado sobre a neurodiversidade, a atuação do Crieatea se destaca como uma iniciativa inovadora, humanizada e comprometida com a transformação social.

Mais do que um espaço de diagnóstico, o projeto consolidou-se como uma experiência de cuidado ético e formação cidadã, em que o conhecimento acadêmico é colocado a serviço das necessidades da população. O modelo adotado demonstra que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão pode extrapolar os muros da universidade e se constituir como um instrumento efetivo de justiça social. Ao oferecer serviço de diagnóstico gratuito, formar profissionais conscientes das demandas regionais e atuar como elo entre os saberes científicos e os saberes das famílias e comunidades, o Crieatea reafirma o papel da universidade pública como instituição comprometida com o bem comum e com a promoção de direitos.

A experiência acumulada até o momento comprova que é possível construir alternativas sustentáveis, éticas e inclusivas para o cuidado à população neurodivergente. As conquistas alcançadas, no entanto, também evidenciam a urgência de ações estratégicas e estruturantes de médio e longo prazo. Para garantir sua continuidade e evolução, o projeto demanda maior investimento público, expansão da infraestrutura física e tecnológica, ampliação da equipe multiprofissional e fortalecimento das articulações intersetoriais com os sistemas públicos de saúde, educação e assistência social.

Ao longo deste capítulo, ficou evidente que o Crieatea é mais do que um projeto de extensão universitária: trata-se de um espaço de reconstrução de vínculos sociais que se consolida a partir da escuta qualificada, do acolhimento humanizado e do compromisso ético com a equidade. Em um país em que muitas crianças com TEA ainda

enfrentam exclusão, invisibilidade e ausência de diagnóstico, o Cria-tea representa uma prática concreta de enfrentamento das injustiças históricas que afetam a infância no estado do Amapá. Com base em experiências reais, dados sistematizados e diretrizes éticas, o projeto sinaliza um caminho viável para a construção de um modelo de atenção que valoriza a neurodiversidade, respeita as singularidades e fortalece o protagonismo das famílias e comunidades envolvidas.

O futuro do Cria-tea dependerá diretamente de sua capacidade de crescer e se institucionalizar sem abrir mão de sua essência humanizadora, participativa e transformadora. Para isso, é imprescindível que suas práticas sejam reconhecidas e integradas às políticas públicas e que sua metodologia sirva de base para experiências similares em outras regiões do país.

Consolidar-se como referência terapêutica, ampliar o uso de tecnologias inclusivas e fomentar a produção científica regional são metas estratégicas que exigem planejamento articulado, investimentos sustentáveis e o fortalecimento de parcerias institucionais. Essas iniciativas não apenas ampliam a capacidade de atendimento do Cria-tea, como também contribuem para a construção de uma política pública de atenção à neurodiversidade mais efetiva, equitativa e sensível às especificidades da região amazônica.

É necessário que a sociedade, os gestores públicos e as universidades compreendam que projetos como o Cria-tea não são apenas soluções técnicas para um problema de saúde pública, mas expressões de um novo paradigma de cuidado que integra conhecimento científico, escuta ativa, participação comunitária e defesa dos direitos humanos. Em um mundo ainda profundamente marcado por estigmas, desigualdades e práticas excludentes, experiências como essa demonstram que é possível construir modelos de atenção baseados na empatia, na inclusão e na pluralidade dos modos de ser.

Assim, a continuidade e o fortalecimento do Cria-tea não dizem respeito apenas às famílias atendidas ou à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), mas à sociedade brasileira como um todo, que carece de políticas públicas capazes de reconhecer e valorizar a diversidade humana em todas as suas expressões. O Cria-tea é, em sua essência, uma promessa de futuro: um futuro em que toda criança, independentemente de sua condição, possa crescer em um ambiente de respeito, compreensão e oportunidades reais para seu pleno desenvolvimento.

Referências

ARAÚJO, A. G. R.; SILVA, M. A.; ZANON, R. B. Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, 2023. Art. e247367. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392023-247367>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BARBOSA, C. P. A.; GONÇALVES, L. E. M. F.; SEVERO, T. S. Gestão da saúde pública no atendimento da saúde infantil em uma clínica da família do município do Rio de Janeiro. *e-Acadêmica*, v. 5, n. 2, e0152543, 2024. Disponível em: <https://eacademica.org/eacademica/article/download/543/397/4680>. Acesso em: 30 maio 2025.

BARBOZA, B. R. L.; MONTEIRO, J. R. S.; MARTINS, T. M.; DUARTE, M. S. S. L.; ROCHA, J. F. A.; MEIRA, N. A. F.; FERNANDES, P. L. M. M. S.; COSTA, M. C. L.; VASCONCELOS, E. S.; ALMEIDA, M. E. C.; ALVES, B. L. P.; FERNANDES, L. B.; NUNES, L. P.; AQUINO, B. F.; COELHO, A. C. L. Training on autism spectrum disorder for academics and health and education professionals: experience in the Brazilian Amazon. *Aracê*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 10072–10100, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3606>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019*. Altera a Lei nº 8.989, de 1995, para incluir no Censo Demográfico a coleta de informações sobre a população com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm. Acesso em: 30 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a curricularização da extensão. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 49–50, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55834065. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a curricularização da extensão. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 49–50, 19 dez. 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105102-rces007-18&Itemid=30192. Acesso em: 27 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2022: Panorama do Censo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 29 maio 2025.

KATAKIS, P.; LOCKWOOD ESTRIN, G.; WOLSTENCROFT, J.; SAYANI, S.; BUCKLEY, E.; MIRZAEI, V.; HEYS, M.; SKUSE, D. Diagnostic assessment of autism in children using telehealth: a systematic review. *Review Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 10, n. 1, p. 85–102, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40489-023-00408-z>. Acesso em: 27 jun. 2025.

KIM, S.; CAO, X.; ZHANG, H.; TAN, D. Enabling concurrent dual views on common LCD screens. In: SIGCHI CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS – CHI '12, 2012, Austin. *Anais...* Nova York: ACM, 2012. p. 2175–2184. Dis-

ponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2207676.2208369>. Acesso em: 24 jun. 2025.

KNUTSEN, J.; WOLFE, A.; BURKE JR., B. L.; HEPBURN, S.; LINDGREN, S.; COURY, D. A systematic review of telemedicine in autism spectrum disorders. *Review Journal of Autism and Developmental Disorders*, [S. l.], v. 3, p. 330–344, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40489-016-0086-9>. Acesso em: 24 jun. 2025.

LEMOS, E. L. M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AQUINO, F. S. B.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n. 3, p. 351–361, set.-dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1229>. Acesso em: 16 jul. 2025.

LOWENTHAL, R.; SILVA, L. C.; MIRANDA, C. T.; COELHO, J. A. P. M.; PAULA, C. S. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 501–516, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v21n3p501-516>. Acesso em: 27 jun. 2025.

PANTOJA, R. Falta de mais profissionais especializados dificulta diagnóstico do autismo no Amapá. *Diário do Amapá*, Macapá, 3 abr. 2023. Cadernos/Cidades. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/falta-de-mais-profissionais-especializados-dificulta-diagnostico-do-autismo-no-amapa/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SILBERMAN, S. *Neurotribes: The legacy of autism and how to think smarter about people who think differently*. New York: Avery Publishing, 2015.

SILVA, S. B. F.; SOUZA, A. O.; MARQUES, Í. R.; COELHO, R. Inclusão real: desmistificando estigmas em relação ao autismo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO – CINTEDI, 5., 2024, Campina Grande. *Anais eletrônicos...*. Campina Grande: CINTEDI, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/108300>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SINGER, J. Why can't you be normal for once in your life? From a "problem with no name" to the emergence of a new category of difference. In: DAVIS, L. J. (Ed.). *Disability studies reader*. New York: Routledge, 1999.

TAN, D. W.; CRANE, L.; PELLICANO, E. Reporting community involvement in autism research: recommendations and implications. *Autism*, London, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13623613241275263>. Acesso em: 27 jun. 2025.

TAVARES, P. P.; LIMA, C. V.; TEIXEIRA, M. C. T. V.; SIQUEIRA, L. P. C.; LOWENTHAL, R.; PAULA, C. S. Estigma e autismo: percepção de cuidadores sobre o transtorno do espectro autista. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 32, e206476, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/rDBxB8VStvb5grtd3nLXPLC>. Acesso em: 27 jun. 2025.

THABTAH, F.; PEEBLES, D. A new machine learning model based on induction of rules for autism detection. *Health Informatics Journal*, Londres, v. 26, n. 1, p. 264–286, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1460458218824711>. Acesso em: 24 jun. 2025.